

ORGANIZAR A LUTA DA EDUCAÇÃO COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE FRENTE AOS GOVERNOS

A 4ª Plenária Intercongressual da CNTE, que ocorreu em Brasília, entre os dias 17 e 19 de março, aprovou uma Greve Nacional da Educação para o dia 26 de Abril, levantando como pauta central a aplicação do reajuste do piso salarial inicial, e a revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

No entanto, no período entre a deliberação da greve e sua realização, a burocracia sindical petista que dirige a CNTE costurou um acordo com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que resultou na suspensão da implementação do novo ensino médio para abrir um diálogo com o objetivo de “discutir” alterações no projeto que já vinha sendo implementado, ou seja, representa na prática abandonar a luta pela revogação e se submeter ao objetivo de aprovar a reforma com alguns possíveis ajustes ou mudanças, que só servirão para dar legitimidade ao processo e, assim, ajudar a que seja aprovado, e manter a governabilidade do governo de frente ampla. Sem convocar assembleias e sem organizar uma verdadeira greve com paralisações e manifestações, as direções se submeteram perante o governo burguês que procura implementar a Reforma – com a colaboração das burocracias. Esse é o papel que as direções sindicais têm cumprido: negociar sem luta, para que o governo possa implementar a Reforma. O que significa ainda alimentar as ilusões em torno das disputas parlamentares, que sua maioria são base de apoio do governo federal, e compostas pelos mesmos que ajudaram a elaborar e aprovar o projeto de reforma de Temer e Bolsonaro.

Em São Paulo, as direções dos maiores sindicatos da Educação, APEOESP e SINPEEM, seguem a mesma orientação das direções nacionais. Estão submetidos também à centralização política e estatização sindical do governo de frente ampla burguesa. Abandonam a luta pelas reivindicações mais sentidas para conciliar e acordar com o governo, pela via das mesas de negociação e da pressão parlamentar, por algumas migalhas, anulando as assembleias de base. Dizemos isto, pois, o dia 26 de abril foi convocado por ambas as entidades como um ato que, na realidade, assim como ocorreu no 22 de março, servirá como um comício para os burocratas continuarem afirmando seu apoio ao governo, demonstrando o quanto estão dispostos a rifar por completo a independência de classe frente aos agentes da burguesia no poder do Estado.

Enquanto o circo da conciliação de classes é protagonizado pelas burocracias sindicais, os trabalhadores, tanto do Estado quanto dos municípios, sofrem nas escolas com a manutenção das salas superlotadas, com jornadas de trabalho estafantes em duas ou mais escolas, com salários defasados sendo corroídos continuamente pela inflação, com assédio moral das chefias imediatas, com ambientes insalubres, sem estrutura e recursos adequados ao ensino, com a falta de professores e funcionários, dentre tantos outros ataques que têm levado ao adoecimento da categoria. Soma-se a essas condições precárias de trabalho a política de terceirização por meio da contratação precarizada de trabalhadores da limpeza, da cozinha, de funcionários para inspetoria e de professores, e o avanço da política de privatização, que se realiza por meio das parcerias público-privadas nas duas redes.

A juventude sofre das mazelas do desemprego, muitas vezes afundando no crime,

pela falta de saída à situação de fome e miséria. Quando tem trabalho, é precarizado e com jornadas estafantes e salários miseráveis. O ensino descolado da realidade agrava essas mazelas ao impedir desenvolver suas capacidades físicas e intelectuais.

Portanto, não se pode alimentar nenhuma ilusão nas ações parlamentares ou judiciais, na expectativa de obter conquistas para os trabalhadores e a juventude. É necessário que a categoria exija a convocação de assembleias unitárias para organização da luta pela revogação das contrarreformas, por reajuste salarial e contra as demais medidas de ataque que vêm sendo orquestradas, a exemplo da reforma administrativa. Por sua vez, a juventude deve erguer suas bandeiras próprias e se unificar com os trabalhadores. É defendendo as reivindicações que de fato colocam em choque aos trabalhadores e juventude oprimida e os métodos da ação direta, para impor a revogação da Reforma e conquistar nossas reivindicações particulares e comuns.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Os episódios de violência nas escolas são manifestações da barbárie social capitalista, o que significa dizer que a raiz da violência é a opressão de classe e que, portanto, suas manifestações são inerentes ao sistema capitalista, ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. É o avanço da decomposição capitalista que vai corroendo o tecido social, a vida da juventude é cada vez mais um inferno, e sem perspectivas. Não há trabalho. Não é possível haver estudantes sadios em ambientes sociais em que predomina a violência de todo tipo. O pai agride a mãe, a mãe que sustenta a casa recebe um salário miserável, todos moram em cubículos. Não há lazer.

Como parte dessa estrutura mais ampla da opressão de classe da burguesia, nas escolas se manifesta o sucateamento das condições de trabalho e ensino, o aumento da pressão por resultados nas avaliações externas e os retrocessos impostos pelas reformas trabalhistas, da Previdência e da terceirização, que implicou na ampliação da precarização do trabalho.

Neste sentido, a luta contra violência nas escolas deve partir das reivindicações mais sentidas da classe: emprego a todos, salário (compatível as necessidades básicas de uma família), direitos e condições adequadas de trabalho e estudo. E a defesa das reivindicações que respondem às necessidades da juventude: jornada escolar de 4 horas, emprego de 4 horas, o restante para o estudo, descanso e lazer.

Portanto, é necessário rejeitar as saídas burguesas que apontam para o policiamento nas escolas, medidas paliativas, como formação com psicólogos e mediadores, ou ainda as reacionárias campanhas pela Paz. Para tanto, os métodos devem ser o da luta de classes, construídos a partir da unidade entre trabalhadores, estudantes e comunidade escolar, em assembleias convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais. A corrente sindical marxista – Guillermo Lora/PPRI defende:

Salário-mínimo vital e móvel, decidido pelos trabalhadores em assembleia. Imediato reajuste salarial para repor todas as perdas dos últimos anos. / Escala móvel de reajuste dos salários.

Que os salários aumentem de acordo com a inflação/carestia de vida / Escala móvel das horas de trabalho. Dividir as horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salários. / Estabilidade a todos com efetivação dos trabalhadores terceirizados. Trabalho igual salário igual / Revogação das reformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização e do Novo Ensino Médio / Abaixo o confisco aos aposentados / Abaixo a política de privatização e terceirização dos serviços / Fim dos convênios na Educação Infantil e devolução dos prédios públicos utilizados pela rede indireta. / Ampliação de módulo de professores e funcionários, de acordo com as necessidades de cada unidade escolar / Redução do número de alunos por sala - máximo de 15 crianças nos CEIs (Minigrupo II), 20 crianças nas EMEIs e 25 nas EMEFs